



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **6 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, domingo, 10 de março de 2013

AMAZONAS EM TEMPO Política econômica chinesa beneficiará a Zona Franca VEICULAÇÃO LOCAL	1
O ESTADO DE SÃO PAULO Senado aprova criação da Secretaria da Micro e Pequena Empresa VEICULAÇÃO NACIONAL	2
FOLHA DE SÃO PAULO Uso da marca 'iphone' pode ter solução amigável VEICULAÇÃO NACIONAL	3
CORREIO BRAZILIENSE Mais um ministério na Esplanada VEICULAÇÃO NACIONAL	4
G-1 Polo Naval no AM quer movimentar negócios de R\$ 1 bilhão, diz Seplan VEICULAÇÃO NACIONAL	5
FOLHA.COM Gleisi Hoffmann: Brasil: a hora da competitividade VEICULAÇÃO NACIONAL	6

	VEÍCULO AMAZONAS EM TEMPO	EDITORIA	
	TÍTULO Política econômica chinesa beneficiará a <u>Zona Franca</u>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

As novas medidas anunciadas na semana passada pelo governo da China para elevar o Produto Interno Bruto (PIB) do país em 7,5% podem beneficiar a indústria amazonense. Os empresários locais avaliaram como positivo o pacote econômico chinês, que para alcançar sua meta, adotou pontos para estimular o aumento do consumo interno e a redução do ritmo de exportações.

Essas duas medidas agradaram ‘em cheio’ os empresários locais. A expectativa deles é de que ao mudar o foco, a China, considerada hoje a principal vilã da competitividade da indústria brasileira, abra espaço para os produtos nacionais, em particular, aqueles fabricados no Polo Industrial de **Manaus (PIM)**, trazendo alívio para o modelo **Zona Franca** de **Manaus (ZFM)**.

Segundo especialistas, os benefícios quanto à redução da entrada de produtos asiáticos podem ser sentidos a partir do segundo semestre deste ano, enquanto para o incremento das **exportações** amazonenses, o prazo é de cinco anos.

Conforme o consultor empresarial Ailson Rezende, o **PIM** não sentirá os efeitos das medidas do governo chinês ainda no primeiro semestre porque encomendas de produtos e insumos chineses já foram feitas.

O presidente do Centro da Indústria do Estado do **Amazonas** (Cieam), Wilson Périco, destaca que a China precisou olhar para o **mercado** interno. Segundo ele, foi uma decisão compulsória em virtude da crise que atingiu economias poderosas como a da Europa e a dos Estados Unidos, fazendo o nível mundial de **exportações** cair.

Entretanto, o dirigente lembra que o país continua com grande capacidade produtiva. “Os chineses estão dosando a saída de produtos, mas continuam fortes **exportadores**”, alerta.



VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
TÍTULO Senado aprova criação da Secretaria da Micro e Pequena Empresa		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O Senado aprovou em plenário, na última quinta-feira, o projeto de lei que cria a Secretaria da Micro e Pequena Empresa, órgão que vai ter status de **Ministério**. A proposta foi enviada pelo governo Dilma Rousseff ao Congresso em 2011 e já havia sido aprovada pela Câmara dos Deputados. Como não houve alterações no Senado, a matéria agora vai direto para a sanção presidencial.

Pelo projeto, além dos cargos de ministro de Estado e de secretário executivo, a secretaria vai ter outros 66 cargos em comissão.

Atualmente, o setor do **Governo Federal** que cuida de micro e pequenas empresas fica a cargo do **Ministério** do

Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, que deverá ter servidores cedidos para a nova pasta.

Com a nova secretaria, haverá 39 ministros no **Governo Federal**. O líder do PSDB no Senado, Aloysio Nunes, disse que o partido não concorda com a criação da secretaria por ser um desperdício de dinheiro e de energias.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Uso da marca 'iphone' pode ter solução amigável		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Gradiente e Apple param processo e negociam

LUCAS SAMPAIO

Apple e IGB Eletrônica (ex-Gradiente) resolveram interromper a disputa judicial que travam pelo uso da marca "iphone" no Brasil e agora buscam uma solução amigável para a questão.

As empresas interromperam um processo que a Apple move contra a IGB Eletrônica para tentar extinguir parcialmente o registro da marca "gradiente iphone" -detida pela brasileira no país.

Procuradas, as empresas não quiseram se pronunciar. Mas uma pessoa com conhecimento das negociações, que pediu anonimato, confirmou que ambas negociam em sigilo.

Não é a primeira vez que a Apple enfrenta problemas com o nome de seus produtos. Ela precisou fazer acordo com a Cisco pelo uso da marca iPhone nos EUA e com a Proview para poder usar o nome iPad em Taiwan, na China e outros países asiáticos.

NOVELA

A IGB fez o pedido da marca "g gradiente iphone" em março de 2000 no Inpi (Instituto Nacional da Propriedade Industrial), órgão responsável por registrar marcas e patentes no Brasil, anos antes do lançamento do iPhone. A IGB se tornou

dona do nome após a concessão do registro, em novembro de 2007.

A Apple tentou registrar a marca "iPhone" em julho do mesmo ano, mas, como o Inpi não aceita dois registros da mesma marca para uma mesma categoria de produto, o pedido foi negado.

Em 18 de dezembro, 15 dias antes de perder a exclusividade da marca, a Gradiente anunciou o lançamento do seu "iphone" -um registro expira em cinco anos caso não seja utilizado.

Mais modesto que o smartphone da Apple, o Gradiente Iphone tem sistema operacional Android 2.3, entrada para dois chips, 3G, wi-fi, câmera de 5 megapixels, cartão de memória de 2 GBytes e custa R\$ 599 na loja da empresa.

A queda da Gradiente começou após a empresa adquirir a concorrente Philco, por R\$ 60 milhões, em 2005. Dois anos depois, ela vendeu a empresa por R\$ 22 milhões e, em crise, saiu do mercado.

	VEÍCULO CORREIO BRAZILIENSE	EDITORIA	
	TÍTULO Mais um <u>Ministério</u> na Esplanada		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O Senado aprovou, na semana passada, a criação do 39º Ministério. No mesmo ato, foram criados 66 cargos em comissão, ou seja, de confiança, que serão ocupados por assessores dispensados de concurso público. A nova pasta, que terá orçamento inicial de R\$ 8 milhões em 2013, vai cuidar das micro e pequenas empresas.

Ninguém duvida da importância desse segmento no setor privado da economia brasileira e do quanto o país está atrasado em levá-lo a sério. Há décadas elas são numerosas, acompanhando o processo de urbanização do Brasil. Recentemente, a ascensão de milhões de famílias às classes mais aptas ao consumo só fez aumentar ainda mais o peso das micro e pequenas empresas na economia brasileira, principalmente no setor de serviços, que, somado ao **comércio**, já responde por cerca de 70% do Produto Interno Bruto (**PIB**) do país.

Pesquisa realizada pelo Sebrae, em parceria com o Dieese, em 2011, concluiu que o **Brasil** tem mais de 6 milhões de micro e pequenas empresas, totalizando 99% dos negócios do país (em quantidade, não em valor). E o que é mais **importante**: somente as pequenas empresas geram cerca de 15 milhões de empregos diretos formais.

Problemas não lhes faltam, no país da burocracia, da tributação complexa e pesada, da falta de infraestrutura e do crédito difícil e caro. É fácil imaginar o potencial de geração de riqueza desse universo, que reúne a coragem e a disposição para o trabalho de milhões de pessoas e suas famílias. Sim, o poder público tem a fazer por elas e o país

muito a ganhar se conseguir deslanchar programas que realmente as atendam.

Nada contra a intenção de se ampliar atenção ao segmento, nem o respeitado vice-governador de São Paulo, Guilherme Afif Domingos, do PSD, tido como o mais provável ocupante inaugural da nova pasta. Mas não será abrindo mais uma porta na Esplanada dos **Ministérios** que a capilaridade e a complexidade do universo das micro e pequena empresas serão contempladas por ações eficazes a partir de Brasília. O **Ministério** da Educação, por exemplo, foi criado em 1930, com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, mas até hoje continua devendo um sistema de ensino à altura do que o país precisa e do qual possa se orgulhar.

Essa é mais uma questão que precisa ser tratada dentro de visão mais ampla das reformas que o país não pode mais adiar. Vai exatamente pelo caminho inverso: o da redução do custo do Estado para a sociedade, de modo a exigir que ele suporte carga tributária menos asfixiante. Passa por tornar a máquina pública mais ágil e mais eficiente e chega à criação de ambiente mais favorável ao **desenvolvimento** dos negócios e à criação de oportunidades para empreendedores e trabalhadores, além, é claro, de dar tratamento estratégico e prioritário à educação de qualidade e aos estímulos à inovação. O Estado menos caro e mais eficiente abre, automaticamente, mais espaço para o crescimento e para o sucesso dos empreendedores, a começar dos micro e pequenos.

	VEÍCULO G-1	EDITORIA	
	TÍTULO Polo Naval no AM quer movimentar negócios de R\$ 1 bilhão, diz Seplan		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Assembleia Legislativa do AM realizou audiência para discutir projeto.

Secretaria diz que moradores de área do Puraquequara não serão retirados.

Do G1 AM

O projeto do Polo Naval do **Amazonas** quer conciliar os interesses econômicos e socioambientais da região em que deve ser instalado, nas imediações do Lago do Puraquequara. A afirmação é do secretário de Estado de Planejamento e **Desenvolvimento** Econômico do **Amazonas** (Seplan-AM), Aírton Claudino, durante audiência pública realizada nesta sexta-feira (08), na Assembleia Legislativa do **Amazonas** (ALE-AM). O projeto quer movimentar R\$ 1 bilhão em novos negócios no setor.

O encontro na ALE-AM marcou o debate da situação das populações tradicionais e ribeirinhas frente ao projeto que está sendo elaborado pelo governo estadual. De acordo com o titular da Seplan, o projeto também quer abrir novas frentes de negócios aos produtores da região. "Quem está naquela região a vida inteira, trabalhando, vai continuar lá até quando quiser", afirmou.

Uma das preocupações dos líderes comunitários que se manifestaram durante a audiência foi quanto ao fato de o Governo do Estado ter editado um decreto instituindo uma parte da região como de interesse público, sem que os moradores fossem consultados. Segundo a Seplan, a comunidade não foi ouvida porque a área ainda não tinha sido definida. O decreto foi editado para evitar uma possível especulação imobiliária na área.

A audiência pública promovida pelo **Ministério** Público Federal e Comissão do Meio Ambiente da ALE-AM, reuniu membros das comunidades Jatuarana e São Francisco do Tabocal, entre outras. Presidida pelo procurador da República, Leonardo Andrade Macedo, a audiência contou com a participação de parlamentares e representantes de instituições como o **Ministério** Público do **Amazonas**.

O projeto

O distrito naval deve ocupar uma área de 38,8 quilômetros localizada na região do Puraquequara, na Zona Leste de **Manaus**. O projeto prevê a instalação de dois grandes estaleiros, seis estaleiros de médio porte e outros 60 de pequeno porte. A indústria naval do **Amazonas** emprega atualmente 12 mil pessoas, sendo o terceiro maior gerador de emprego do País neste segmento.

Sob responsabilidade da Seplan, a implantação do Polo Naval terá sua primeira etapa concluída em até três anos e deve gerar cerca de 20 mil empregos diretos. A expectativa é que movimente negócios de aproximadamente R\$ 1 bilhão com a construção de barcos esportivos e de luxo, lazer, turismo, além de flutuantes, balsas e pequenas embarcações.

O estado do **Amazonas** conta com 37 estaleiros de pequeno porte e uma frota **regional** estimada em 50 mil embarcações. A estruturação do polo naval do **Amazonas** tem a parceria da **Suframa**, sindicatos de empresas e trabalhadores, e instituições de fomento, pesquisa e **desenvolvimento**. As ações para a implantação do polo naval vêm sendo discutidas desde janeiro de 2012.



VEÍCULO
FOLHA.COM

EDITORIA

TÍTULO

Gleisi Hoffmann: Brasil: a hora da competitividade

ORIGEM
INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO

ENFOQUE
DE INTERESSE

VEICULAÇÃO
NACIONAL

A medida provisória 595, que altera regras de exploração dos portos, não trata de privatização por uma razão simples: a operação do sistema portuário no **Brasil** já é privada. O objetivo da medida é melhorar a competitividade do setor, levando em conta a necessidade de aumentar o **desenvolvimento** do país.

Não se deve analisar a medida de forma isolada. Na verdade, estamos em meio a uma nova trajetória de transformação, que implica investimentos públicos e privados em gargalos logísticos de rodovias, ferrovias, portos e aeroportos.

Nossos produtos podem e devem custar menos. Assim como nossos portos e aeroportos podem e devem ser comparáveis aos melhores do mundo. Para isso, é necessário quebrar reservas de **mercado** que não se justificam no **mercado** global.

Superar as deficiências da estrutura logística e aumentar nossas **exportações** são tarefas essenciais para responder às dificuldades do presente e encarar com esperança os desafios do futuro.

Exemplo dessa necessidade ocorre com a **produção** de milho destinada ao **mercado** externo. No ano passado, **exportamos** 22 milhões de toneladas do produto. Conseguimos esse ótimo resultado porque os Estados Unidos tiveram dificuldades com a safra e alguns países, principalmente a China, buscaram milho no Brasil, mesmo pagando quase três vezes mais a tonelada movimentada no sistema portuário.

Neste ano, a safra dos norte-americanos deverá ser melhor e a grande compra de milho deve acontecer lá, mas estamos dispostos a lutar para reverter a situação. Afinal, a conquista de **mercado** para nossos produtos é questão de Estado.

A demanda por novas fronteiras produtivas se estabelecendo em regiões diferenciadas do **Brasil** exige que o governo tenha linhas estratégicas de orientação e prioridades. Não podemos deixar de dar suporte para nossa crescente e pujante **produção** agrícola, nossa **produção** mineral e industrial.

Hoje, a capacidade instalada dos portos organizados brasileiros é de cerca de 370 milhões de toneladas. Até 2015, quando se projeta movimentação de 373 milhões de toneladas, essa capacidade estará completamente esgotada.

Santos e Paranaguá já operam acima de suas capacidades, o que explica a demora nas operações de embarque e desembarque.

É nesse contexto que a medida provisória 595 faz todo o sentido. A autorização para que novos terminais portuários sejam instalados, feita de acordo com as regras constitucionais e as leis trabalhistas, é uma forma de atender a demanda da **produção**, provocar competição, reduzir custos e tentar garantir a melhoria nos serviços, em benefício de todos.

Para diminuir a burocracia, haverá a implantação da Comissão Nacional das Autoridades nos Portos (Conaportos), que integrará e disciplinará a atuação dos órgãos públicos. E, para maior movimentação com menor tarifa, reduzindo o custo dos operadores, será mudado o critério de outorga para arrendamento dos terminais do porto organizado.

Na ampliação da infraestrutura e na modernização da gestão portuária, o governo decidiu investir R\$ 6,4 bilhões nos portos públicos nos próximos anos. Serão R\$ 2,6 bilhões em acessos terrestres e R\$ 3,8 bilhões em dragagens. Haverá mais empregos e todos os direitos dos trabalhadores estão preservados. Sem qualquer alteração na legislação trabalhista em vigor.

Os portos contribuíram para nosso **desenvolvimento** e podem contribuir ainda mais. Em quase 20 anos de vigência da atual Lei dos Portos, os terminais públicos e privados conviveram e ambos cresceram. Aliás, a convivência entre portos organizados e terminais de uso privado, além de normal, é necessária e deve continuar.

Ao definir, de forma democrática, os parâmetros de um novo sistema portuário para melhorar a logística por meio da competitividade, quebrando barreiras e reservas de **mercado**, o governo, além de agir de forma acertada, faz mais que o dever de casa.

Na verdade, o governo está fazendo a projeção do futuro e apostando em um novo salto de **desenvolvimento**,

que, seguramente, estará ao alcance dos brasileiros com o apoio do Congresso. Não é por acaso que o **Brasil** é um dos poucos países do mundo onde a democracia e o pluralismo se realizam todos os dias.

GLEISI HOFFMANN, 47, é ministra-chefe da Casa Civil da Presidência da República